

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	257050-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO	NEIDE GIRON	07/05/2026 11:27 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25062.001214/2025-66

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90008/2026

CONTRATANTE (257050)

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDIGENA VILHENA

OBJETO

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de esgotamento sanitário, compreendendo a limpeza, sucção, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes de fossas sépticas, sumidouros e caixas de gordura, bem como inspeção e/ou passagem, a serem realizados nas CASAI's e Polos sob responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena de Vilhena – DSEI Vilhena.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 135.677,10 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e dez centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **25/05/2026 às 15h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por lote e por item

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

NÃO

DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDIGENA VILHENA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

(Processo Administrativo nº.25062.001214/2025-66)

Torna-se público que o(a) [DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDIGENA VILHENA, por meio do(a) SELOG, sediado(a) Av. Guaporé, 3046, Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de esgotamento sanitário, compreendendo a limpeza, sucção, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes de fossas sépticas, sumidouros e caixas de gordura, bem como inspeção e/ou passagem, a serem realizados nas CASAI's e Polos sob responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena de Vilhena – DSEI Vilhena, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.6. A licitação será dividida em 01 item(s) e 03 lotes(s), sendo este(s) último(s) formado(s) por dois, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico.

1.6.1. relativamente ao(s) item(s) isolado(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse;

1.6.2 relativamente ao(s) lote(s), faculta-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

NÃO SE APLICA.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Para os itens **7, e Lote 01** a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
 - 3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 3.10.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 3.9.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11. O impedimento de que trata o item 3.10.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.10.5 e 3.10.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.10.5 e 3.10.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário total do item e Lotes;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional
- 6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;
- 6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo) à R\$ 0,50 (cinquenta centavos) – R\$ 0,01 (um centavo);
- R\$ 0,51 (cinquenta e um centavos) à R\$ 1,00 (um real) – R\$ 0,02 (dois centavos);
- R\$ 1,01 (um real e um centavos) à R\$ 5,00 (cinco reais) – R\$ 0,05 (cinco centavos);

R\$ 5,01 (cinco reais e um centavo) à R\$ 10,00 (dez reais) – R\$ 0,10 (dez centavos)

R\$ 10,01 (dez reais e um centavo) à R\$ 100,00 (cem reais) – R\$ 0,50 (cinquenta centavos);

R\$ 100,01 (cem reais e um centavo) à R\$ 200,00 (duzentos reais) – R\$ 1,00 (um real);

R\$ 200,01 (duzentos reais e um centavo) à R\$ 500,00 (quinhentos reais) – R\$ 2,00 (dois reais);

R\$ 500,01 (quinhentos reais e um centavo) à R\$ 700,00 (setecentos reais) – R\$ 5,00 (cinco reais);

R\$ 700,01 (setecentos reais e um centavo) à R\$ 1.000,00 (mil reais) – R\$ 10,00 (dez reais);

R\$ 1.000,01 (mil reais e um centavo) à R\$ 2.000,00 (dois mil reais) – R\$ 15,00 (quinze reais);

R\$ 2.000,01 (dois mil reais e um centavo) à R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) – R\$ 20,00 (vinte reais);

R\$ 5.000,01 (cinco mil reais e um centavo) à R\$ 10.000,00 (dez mil reais) – R\$ 50,00 (cinquenta reais);

Acima de R\$ 10.000,01 (dez mil reais e um centavo) – R\$ 100,00 (cem reais)..

7.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.10. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação:

7.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.10.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.12.2. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.12.3. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.12.6. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.7. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;[A8]

7.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.22.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.23.1. empresas brasileiras;

7.23.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.25.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.25.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.10. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra , o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por cópia por meio eletrônico.

9.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.11 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta

com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até DUAS HORAS, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de [05] dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **[15]** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **[05]** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **[05]** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÃO SE APLICA.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

NÃO SE APLICA.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [<https://www.gov.br/compras/pt-br>].

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e

intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [selog.dseivilhena@saude.gov.br]

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [<https://www.gov.br/compras/pt-br>].

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2. Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3. Modelo de Proposta.

Cacoal/RO, Maio de 2026.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MIDIA MARINHO GOMES MATINA CINTA LARGA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 11:27:37.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Editado por

257050-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Atualizado em

07/05/2026 17:08 (v 0.8)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25062.001214/2025-66

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 25062.001214/2025-66

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação serviços contínuos de empresa especializada para a prestação de serviços de esgotamento sanitário, compreendendo a limpeza, sucção, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes de fossas sépticas, sumidouros e caixas de gordura, bem como inspeção e/ou passagem, a serem realizados nas CASAI's e Polos sob responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena de Vilhena – DSEI Vilhena, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE I – CASAI /POLO VILHENA - RO	1	Serviço de limpeza e desentupimento de fossa séptica, sumidouro e esgoto na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade de Vilhena - RO (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI Vilhena. Com transporte e descarte de resíduos em conformidade com a legislação ambiental. (Deverão ser executados os serviços de	16527	M³	296,00	R\$ 95,00	R\$ 28.120,00

		desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduo incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).					
	2	Serviço de desobstrução de caixa de gordura, caixa de passagem, esgoto, e.t.e, tubulação, banheiro, ralo e pia na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade Vilhena - RO (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).	16527	M³	59,00	R\$ 95,05	R\$ 5.607,95
TOTAL LOTE I		R\$ 33.727,95 (trinta e três mil, setecentos e vinte e sete reais e noventa e cinco centavos).					
LOTE II – CASAI /POLO JUINA - MT	3	Serviço de limpeza e desentupimento de fossa séptica, sumidouro e esgoto na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade de Juína - MT (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI Vilhena. Com transporte e descarte de resíduos em	16527	M³	785,00	R\$ 99,49	R\$ 78.099,65

		conformidade com a legislação ambiental. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduo incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).					
	4	Serviço de desobstrução de caixa de gordura, caixa de passagem, esgoto, e.t.e, tubulação, banheiro, ralo e pia na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade Juína - MT (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).	16527	M³	29,00	R\$ 95,00	R\$ 2.755,00
TOTAL LOTE II		R\$ 80.854,65 (oitenta mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).					
LOTE III – CASAI /POLO Aripuanã - MT	5	Serviço de limpeza e desentupimento de fossa séptica, sumidouro e esgoto na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade de Aripuanã - MT (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI Vilhena. Com transporte e	16527	M³	162,00	R\$ 95,00	R\$ 15.390,00

		descarte de resíduos em conformidade com a legislação ambiental. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduo incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).					
	6	Serviço de desobstrução de caixa de gordura, caixa de passagem, esgoto, e.t.e, tubulação, banheiro, ralo e pia na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade Aripuanã - MT (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).	16527	M³	41,00	R\$ 95,00	R\$ 3.895,00
TOTAL LOTE III		R\$ 19.285,00 (dezenove mil, duzentos e oitenta e cinco reais).					
ITEM 07 - CASAI/POLO CACOAL-RO		Serviço de desentupimento de caixa de gordura e tubulação de esgoto a ser executado na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade de Cacoal - RO (perímetro	16527	M³	14,00	129,25	1.809,50

	urbano), utilizados pelo DSEI (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).					
TOTAL ITEM 07	R\$ 1.809,50 (mil oitocentos e nove reais e cinquenta centavos.).					
Valor Total Estimado	R\$ 135.677,10 (Cento e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e dez centavos).					

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que que, embora sua execução se dê sob demanda, trata-se de necessidade permanente para assegurar condições adequadas de salubridade, higiene e funcionamento das unidades do DSEI Vilhena, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando-o Estudo Técnico Preliminar;

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento substitutivo, prorrogável por até **60 (sessenta) meses**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000063/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 13/11/2025;
- III) Id do item no PCA: 1495, 1496, 1497, 1498, 1499, 1500 e 1501 ;
- IV) Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA ;
- V) Identificador da Futura Contratação: 257050-109/2026;

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Conforme disposto no tópico 34 – “Resíduos Sólidos em Geral ou Rejeitos”, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, deverão ser observadas, no item de obrigações da contratada, as seguintes disposições:

a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Contratada deverá elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o qual estará sujeito à aprovação da autoridade competente.

a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do referido plano, incluindo o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, deverá ser designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas à Contratada as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público.

4.1.2. Utilizar métodos e equipamentos que promovam a redução do consumo de água potável durante as atividades, com preferência para soluções que permitam o reaproveitamento ou reúso de água, sempre que tecnicamente viável;;

4.1.3. Garantir que todos os resíduos sólidos e líquidos provenientes da limpeza e desobstrução sejam coletados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, com comprovação por meio de documentação emitida por empresa licenciada junto ao órgão ambiental competente;

e

4.1.4. Empregar exclusivamente produtos de limpeza e desinfecção que possuam registro ou certificação ambiental, preferencialmente biodegradáveis, de baixo impacto tóxico e livres de substâncias proibidas pela legislação vigente.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: 05 (cinco) dias da assinatura do contrato.
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
 - 5.1.2.1. A execução dos serviços será realizada por equipe especializada, utilizando equipamentos de sucção e hidrojateamento de alta pressão para remoção de resíduos sólidos e líquidos. As etapas compreenderão:
 - a) inspeção prévia e isolamento da área;
 - b) sucção e remoção do material acumulado;
 - c) desobstrução mecânica e/ou hidráulica de tubulações;
 - d) lavagem interna com água pressurizada;
 - e) coleta, transporte e destinação final dos resíduos por empresa licenciada ambientalmente;
 - f) limpeza final e liberação da área para uso.
- 5.1.3. A frequência será conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação formal, não havendo cronograma pré-definido

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Unidade	Município / UF	Endereço
CASAI Vilhena	Vilhena / RO	BR-364, s/n, Km 19
Polo Base Vilhena	Vilhena / RO	Av. Sete de Setembro, nº 3105, Bairro Centro, CEP 76980-190
CASAI/POLO Juína	Juína / MT	Rua Camboriú, nº 260 W, Setor de Serviços
CASAI/POLO Aripuanã	Aripuanã / MT	Rua das Andorinhas, nº 1364, Bairro Mangueral
CASAI/POLO Cacoal	Cacoal / RO	Rua Boa Ventura Pinto Rabelo, nº 3526, Bairro Incra, CEP 76960-970

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: 7h30 às 11h30 / 13h30 às 17h30.

Rotinas a serem cumpridas

- 5.3.1. A execução contratual observará as rotinas:
 - a) Atendimento conforme solicitação formal da Administração;
 - b) Deslocamento da equipe e equipamentos até o local indicado;
 - c) Cumprimento integral dos métodos e procedimentos descritos no item 5.1.2;
 - d) Entrega de relatório sucinto contendo data, local e responsável pela execução;
 - e) Comunicação imediata à fiscalização sobre qualquer intercorrência que impeça a execução regular.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá apresentar preposto da empresa no local da execução do objeto sempre que for solicitado pelo contratante, durante a execução da ordem de serviço.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período 30 (trinta dias).

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.16.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.25.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.25.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado após a apresentação da ata.

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.44. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.44.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.44.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.44.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.44.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.45. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.*

8.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

8.2.4.2.1. *O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

8.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 30% (trinta por cento) a 45% (quarenta e cinco por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

8.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:*

8..3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

9.2. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.3. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 9.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.24. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo patrimônio líquido mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.**

9.25. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Disposições gerais sobre habilitação

9.30. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.31. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.32. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.33. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.34. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 135.677,10 (Cento e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e dez centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: 257050/0000001;

II) Fonte de recursos: 1002000000;

III) Programa de trabalho: 234652;

IV) Elemento de despesa: 339039;

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. O art. 10 da IN nº 81/2022, dispõe que ao final da elaboração do Termo de Referência -TR, deve-se avaliar a necessidade de classificá-lo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação.

12.3. Desta forma, tocante a classificação da informação quanto ao Grau e Prazos de Sigilo, para todos os efeitos este TR se enquadra como um documento público, não havendo restrições quanto a sua publicidade.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

13.1. Não será utilizado instrumento substitutivo, pois as informações e cláusulas pertinentes estarão formalizadas no contrato.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônica (o)* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIO HUPP LABENDZ

Presidente da Equipe de Planejamneto



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 11:51:40.

JOAO BATISTA RAMOS PORDEUS

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 17:08:42.

MIDIA MARINHO GOMES MATINA CINTA LARGA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 14:40:34.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Estudo Técnico Preliminar 76/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25062.001214/2025-66

2. Objeto

2.1 Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de esgotamento sanitário, compreendendo a limpeza, sucção, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes de fossas sépticas, sumidouros e caixas de gordura, bem como inspeção e/ou passagem, a serem realizados nas CASAI's e Polos sob responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena de Vilhena – DSEI Vilhena, conforme demanda.

3. Descrição da necessidade

3.1 As CASAI's e Polos Base sob responsabilidade do DSEI Vilhena, localizados nos municípios de Vilhena e Cacoal, no Estado de Rondônia, e de Juína e Aripuanã, no Estado de Mato Grosso, em sua maioria não dispõem de rede pública coletora de esgoto, razão pela qual utilizam sistemas individuais de esgotamento sanitário, compostos por fossas sépticas, sumidouros e caixas de gordura.

3.2 As fossas sépticas constituem etapa primária essencial do tratamento de esgoto em áreas desprovidas de saneamento público, atuando na retenção de sólidos e na decomposição anaeróbia da matéria orgânica. Por essa razão, tais sistemas demandam manutenção periódica especializada, sob pena de falhas operacionais, transbordamentos, entupimentos, infiltrações, proliferação de agentes patogênicos e contaminação do solo e da água, com riscos diretos à saúde pública.

3.3 Os sumidouros e caixas de gordura, por sua vez, são componentes indispensáveis ao bom funcionamento do sistema sanitário das unidades, sendo igualmente necessária sua limpeza e desobstrução regulares, a fim de evitar o acúmulo de resíduos e a consequente degradação das condições sanitárias dos ambientes.

3.4 No município de Cacoal, embora exista rede pública de coleta de esgoto na área urbana, a CASAI apresenta recorrentes obstruções e transbordamentos em suas caixas de gordura, em razão do elevado uso da unidade, o que igualmente torna necessária a contratação dos serviços de limpeza, sucção e desobstrução desses dispositivos.

3.5 Ressalta-se que, tanto no Estado de Rondônia quanto no Estado de Mato Grosso, o período chuvoso concentra-se predominantemente entre os meses de novembro e abril, ocasionando elevação do lençol freático, saturação do solo e aumento significativo de ocorrências de transbordamento de fossas e sumidouros, o que intensifica os riscos sanitários e reforça a necessidade de atuação preventiva e corretiva contínua.

3.6 A problemática enfrentada decorre da sobrecarga e da precarização dos sistemas de esgotamento sanitário em contextos onde a manutenção não é realizada de forma regular. O acúmulo de resíduos orgânicos em fossas, caixas de gordura e tubulações, sem a devida intervenção técnica, compromete a salubridade dos ambientes, impacta negativamente a infraestrutura das unidades e prejudica o ambiente terapêutico necessário à recuperação dos pacientes, especialmente nas CASAI's, que apresentam alta rotatividade e ocupação contínua por usuários em tratamento de média e alta complexidade.

3.7 A contratação permitirá assegurar a higiene dos ambientes físicos, prevenir doenças infecciosas, controlar vetores biológicos, preservar as edificações e garantir a continuidade do serviço público de saúde em condições adequadas, em consonância com os princípios da eficiência, da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde, bem como com a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas e a competência institucional da Secretaria Especial de Saúde Indígena no provimento de ações de saneamento ambiental.

3.8 Nesse contexto, garantir a funcionalidade dos sistemas de esgotamento sanitário não se trata de ação acessória, mas de elemento estruturante da prestação do serviço público de saúde com dignidade, eficiência e equidade, sendo a contratação proposta medida necessária e imprescindível sob a ótica da gestão pública responsável.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviços de Edificações e Saneamento ambiental Indígena - SESANI	Márcio Hupp Labendz

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1 A contratação deverá observar requisitos de natureza técnica, operacional, administrativa, jurídica e ambiental indispensáveis à adequada execução do objeto. O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Administração até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, a adequada execução dos serviços e o interesse público devidamente justificado. O critério de julgamento da licitação será o de menor preço por item, sendo as empresas participantes sujeitas às penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.2 Os serviços deverão ser executados por empresa especializada, devidamente regularizada perante os órgãos competentes, contando com profissionais qualificados e tecnicamente habilitados, observando rigorosamente as especificações técnicas, normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho vigentes. A execução ocorrerá de forma presencial nas unidades indicadas no Termo de Referência, mediante Ordem de Serviço formalmente emitida pelo SESANI/DSEI Vilhena.

5.3 Para a execução dos serviços, a contratada deverá dispor de equipamentos adequados, especialmente caminhão equipado com sistema de sucção a vácuo para limpeza de fossas sépticas, caixas de gordura e tubulações de esgoto, bem como demais ferramentas necessárias à execução segura e eficiente dos serviços.

5.4 A empresa contratada deverá assegurar o correto manuseio, transporte e destinação final dos resíduos coletados, realizando a disposição em locais devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com a legislação ambiental vigente, incluindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

5.5 A contratada deverá possuir ou apresentar, quando exigido, licenciamento ambiental compatível com a atividade, bem como comprovar que a destinação final dos resíduos coletados será realizada em local devidamente autorizado pelos órgãos ambientais, podendo ser exigida documentação comprobatória, como manifestos de transporte de resíduos ou documentos equivalentes.

5.6 Não será admitida a subcontratação do objeto, sendo vedada a transferência da responsabilidade contratual a terceiros. Caso os serviços sejam executados em desacordo com o contratado, poderão ser rejeitados total ou parcialmente, devendo a contratada proceder às correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

5.7 A medição dos serviços será realizada em metro cúbico (m³) efetivamente coletado, conforme estabelecido na respectiva Ordem de Serviço. Os quantitativos estimados foram definidos com base em vistorias técnicas realizadas pela equipe do SESANI/DSEI Vilhena, considerando as dimensões e a capacidade dos sistemas de tratamento existentes nas unidades atendidas.

5.8 O pagamento ficará condicionado à apresentação de Nota Fiscal correspondente à Ordem de Serviço, acompanhada de Relatório Fotográfico da execução dos serviços e Relatório Técnico de Acompanhamento, contendo informações como data, horário, local da execução, condições encontradas e atividades realizadas.

5.9 A contratante realizará acompanhamento e fiscalização permanentes da execução dos serviços, procedendo ao recebimento provisório no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a conclusão dos serviços e ao recebimento definitivo no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após verificação da conformidade com as especificações estabelecidas.

5.10 O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos ou falhas na execução, permanecendo esta obrigada a corrigir, remover ou refazer, às suas expensas, quaisquer serviços executados em desacordo com o contratado.

5.11 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração Pública, sendo a comunicação entre as partes realizada por meio de interlocutores formalmente designados.

5.12 Os relatórios e documentos decorrentes da execução contratual deverão ser apresentados no horário de funcionamento do órgão, das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, podendo ser adotados procedimentos periódicos de avaliação do desempenho contratual.

5.13 Para a execução do objeto deverão ser observados padrões mínimos de qualidade, segurança e eficiência, garantindo que os serviços sejam realizados com equipamentos apropriados, equipe capacitada e destinação ambientalmente adequada dos resíduos coletados, de forma a evitar riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

5.14 Em consulta ao Catálogo Eletrônico de Padronização do Governo Federal, verificou-se que não há item padronizado que contemple integralmente as especificidades do serviço pretendido, razão pela qual não foi possível a sua utilização neste caso.

5.15 O serviço a ser contratado caracteriza-se como serviço contínuo, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se destina à manutenção das atividades administrativas e operacionais relacionadas às estruturas sanitárias das unidades atendidas pelo DSEI Vilhena. Trata-se

de necessidade permanente e prolongada, considerando que a manutenção dessas estruturas é essencial para assegurar condições adequadas de saneamento e saúde nas aldeias, não se limitando à forma de execução, mas à continuidade da demanda ao longo do tempo, em conformidade com os arts. 106 e 107 da referida Lei.

5.16 Conforme disposto no tópico 34 – “Resíduos Sólidos em Geral ou Rejeitos”, do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, deverão ser observadas, no item de obrigações da contratada, as seguintes disposições:

a) Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Contratada deverá elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, o qual estará sujeito à aprovação da autoridade competente.

a.1) Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do referido plano, incluindo o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, deverá ser designado responsável técnico devidamente habilitado.

b) São proibidas à Contratada as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

- lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- outras formas vedadas pelo poder público.

5.17 Certifica-se, ainda, que os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares às competências institucionais do órgão, sendo necessários para garantir o adequado funcionamento das estruturas sanitárias das unidades vinculadas ao DSEI Vilhena.

6. Levantamento de Mercado

6.1 O levantamento de mercado foi realizado com o objetivo de identificar soluções disponíveis para atendimento da demanda institucional, bem como verificar a viabilidade técnica e econômica da contratação pretendida, considerando a legislação vigente, as características do objeto e as condições operacionais do DSEI Vilhena.

6.2 A análise realizada demonstrou a existência, no mercado regional, de empresas especializadas na prestação de serviços de esgotamento sanitário, compreendendo atividades de limpeza, sucção, transporte e destinação final de resíduos provenientes de fossas sépticas, sumidouros, caixas de gordura e sistemas correlatos, com capacidade técnica, operacional e legal para execução dos serviços.

6.3 A solução proposta foi considerada adequada por atender às exigências legais e técnicas aplicáveis, permitindo o alinhamento entre a necessidade institucional e a qualidade dos serviços a serem prestados. Trata-se de serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos de forma objetiva no edital, por meio de especificações técnicas claras, mensuráveis e verificáveis, possibilitando a ampla competitividade entre os licitantes e o julgamento objetivo das propostas.

6.4 Considerando as diferentes regiões de atendimento e as particularidades logísticas envolvidas, o objeto foi estruturado em 03 (três) lotes, cada um composto por 02 (dois) itens, correspondentes às unidades localizadas em Vilhena/RO, Juína/MT e Aripuanã/MT, além de 01 (um) item específico destinado ao Polo Base/CASAI Cacoal, conforme detalhamento a seguir:

- Lote 01 – Vilhena/RO
 - Item 01: Serviço de limpeza, sucção, transporte e destinação final de resíduos provenientes de fossas sépticas e sistemas correlatos;
 - Item 02: Serviço de desobstrução de fossa séptica, caixa de gordura, caixa de passagem, rede de esgoto, estação de tratamento de efluentes (ETE), tubulações, banheiros, ralos e pias.
- Lote 02 – Juína/MT
 - Item 03: Serviço de limpeza, sucção, transporte e destinação final de resíduos provenientes de fossas sépticas e sistemas correlatos;
 - Item 04: Serviço de desobstrução de fossa séptica, caixa de gordura, caixa de passagem, rede de esgoto, estação de tratamento de efluentes (ETE), tubulações, banheiros, ralos e pias.

- Lote 03 – Aripuanã/MT
 - Item 05: Serviço de limpeza, sucção, transporte e destinação final de resíduos provenientes de fossas sépticas e sistemas correlatos;
 - Item 06: Serviço de desobstrução de fossa séptica, caixa de gordura, caixa de passagem, rede de esgoto, estação de tratamento de efluentes (ETE), tubulações, banheiros, ralos e pias.
- Item 07 – Polo Base/CASAI Cacoal:
Serviço de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos acumulados em caixas de gordura e tubulações internas.

6.5 O critério de julgamento adotado será o menor preço global por lote, por se mostrar mais vantajoso à Administração, considerando que os serviços são inter-relacionados e sua execução integrada por uma única empresa em cada lote contribui para maior eficiência operacional, redução de custos logísticos, melhor planejamento das atividades e maior facilidade na gestão e fiscalização contratual.

6.6 A metodologia de pesquisa de preços adotada priorizou a consulta a sistemas oficiais do Governo Federal, como o Compras.gov.br, bem como levantamentos junto a fornecedores locais, em conformidade com o art. 5º, §1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

6.7 Em razão da especificidade dos serviços e das particularidades logísticas e ambientais da região atendida pelo DSEI Vilhena, verificou-se limitação de referências disponíveis nos sistemas oficiais, sendo necessária a complementação da pesquisa de preços por meio de consultas diretas a fornecedores locais e regionais, selecionados com base em critérios de isonomia.

6.8 Foram consideradas fontes confiáveis, atualizadas e compatíveis com a realidade regional, contemplando, sempre que possível, fornecedores atuantes nas regiões atendidas, de modo a assegurar maior aderência da estimativa de preços às práticas de mercado e conferir maior robustez à formação da cesta de preços, em observância aos princípios da economicidade, eficiência, isonomia e transparência.

6.9 Ressalta-se que, em razão das características regionais e da limitada oferta de empresas especializadas na área de abrangência do DSEI Vilhena, foram identificadas dificuldades na obtenção de múltiplas cotações em determinadas localidades, situação que reflete a realidade do mercado regional e foi devidamente considerada na composição da estimativa de preços.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, sucção, desobstrução e manutenção de sistemas de esgotamento sanitário, incluindo fossas sépticas, sumidouros, caixas de gordura, caixas de passagem, tubulações e demais estruturas sanitárias existentes nas unidades vinculadas ao DSEI Vilhena. A execução dos serviços ocorrerá mediante demanda, conforme necessidade das unidades atendidas, sendo os serviços medidos em metros cúbicos (m³) efetivamente executados, com pagamento condicionado à comprovação da execução e atesto da fiscalização contratual.

7.2 Local de Execução dos Serviços

7.2.1 Os serviços serão executados nas unidades vinculadas ao Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI Vilhena, conforme quadro a seguir:

Unidade	Município /UF	Endereço	Horário de Funcionamento
CASAI Vilhena	Vilhena /RO	BR-364, s/n, Km 19	7h30 às 11h30 / 13h30 às 17h30
Polo Base Vilhena	Vilhena /RO	Av. Sete de Setembro, nº 3105, Bairro Centro, CEP 76980-190	7h30 às 11h30 / 13h30 às 17h30
CASAI e Polo Base Juína	Juína/MT	Rua Camboriú, nº 260 W, Setor de Serviços	7h30 às 11h30 / 13h30 às 17h30
CASAI e Polo Base Aripuanã	Aripuanã /MT	Rua das Andorinhas, nº 1364, Bairro Mangueiral	7h30 às 11h30 / 13h30 às 17h30

CASAI e Polo Base Cacoal	Cacoal/RO	Rua Boa Ventura Pinto Rabelo, nº 3526, Bairro Incra, CEP 76960-970	7h30 às 11h30 / 13h30 às 17h30
-----------------------------	-----------	---	--------------------------------

7.2.2 As unidades encontram-se distribuídas em diferentes municípios e estados da área de abrangência do DSEI Vilhena, podendo apresentar diferentes condições de acesso e características operacionais.

7.3 Para melhor organização da execução dos serviços e atendimento das demandas das unidades, o objeto foi estruturado em 03 (três) lotes regionais e 01 (um) item específico, conforme detalhamento apresentado no item 8 deste Estudo Técnico Preliminar.

7.4 Os serviços compreendem, de forma geral:

7.4.1 Limpeza, sucção e desentupimento de fossas sépticas, sumidouros e sistemas de esgoto;

7.4.2 Desobstrução de caixas de gordura, caixas de passagem, tubulações, ralos, pias, banheiros e demais dispositivos sanitários;

7.4.3 Remoção, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos coletados, em conformidade com a legislação ambiental vigente;

7.4.4 Utilização de equipamentos adequados, incluindo caminhão equipado com sistema de sucção e hidrojetamento, quando necessário;

7.4.5 Fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos, ferramentas e insumos necessários para a execução dos serviços.

7.5 A execução ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda das unidades, mediante emissão de Ordem de Serviço.

7.6 A medição e o pagamento ocorrerão com base nos volumes efetivamente executados, expressos em metros cúbicos (m³), devidamente comprovados por meio de relatório técnico e registro fotográfico da execução.

7.7 Normas e Regulamentações Aplicáveis

7.7.1 A execução dos serviços deverá observar as normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho vigentes, bem como demais legislações aplicáveis à coleta, transporte e destinação final de resíduos provenientes de sistemas de esgotamento sanitário.

7.7.2 A empresa contratada deverá garantir que os resíduos coletados sejam destinados a local devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

7.8 Destinação Ambiental dos Resíduos

7.8.1 Os resíduos provenientes da limpeza e sucção de fossas sépticas, caixas de gordura e demais sistemas de esgotamento sanitário deverão ser transportados e destinados a local devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

7.8.2 A empresa contratada deverá possuir licenciamento ambiental válido para a coleta, transporte e destinação de resíduos provenientes de sistemas de esgotamento sanitário, conforme exigências dos órgãos ambientais competentes.

7.9 Justificativa Sanitária da Solução

7.9.1 A realização periódica dos serviços de limpeza, sucção e desobstrução dos sistemas de esgotamento sanitário é essencial para garantir o adequado funcionamento das estruturas sanitárias das unidades assistenciais, prevenindo transbordamentos, contaminação ambiental e riscos à saúde dos usuários e profissionais que utilizam os serviços das CASAI's e Polos Base vinculados ao DSEI Vilhena.

7.9.2 A ausência ou atraso na execução desses serviços pode ocasionar acúmulo de resíduos, mau funcionamento das estruturas sanitárias, proliferação de vetores e comprometimento das condições de salubridade das unidades, impactando diretamente as ações de atenção à saúde indígena.

7.10 Destinação Final dos Resíduos

7.10.1 Os resíduos provenientes da limpeza e sucção de fossas sépticas, caixas de gordura e demais estruturas do sistema de esgotamento sanitário deverão ser transportados e destinados a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) ou unidade de tratamento devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes.

7.10.2 A empresa contratada será responsável pelo transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos coletados, devendo comprovar, quando solicitado pela fiscalização do contrato, a destinação realizada em conformidade com a legislação ambiental vigente.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 As quantidades a serem contratadas foram estimadas com base em levantamento técnico realizado junto às equipes das CASAI's e Polos Base vinculados ao DSEI Vilhena, considerando informações obtidas por meio de vistorias in loco, capacidade dos sistemas sanitários existentes, fluxo médio de usuários atendidos nas unidades e histórico de manutenções realizadas.

8.2 Considerando as características operacionais das unidades atendidas e sua localização geográfica, optou-se pela divisão do objeto em 03 (três) lotes regionais e 01 (um) item específico, de forma a garantir melhor organização da execução dos serviços e maior eficiência na contratação.

8.2.1 Estrutura dos Lotes e Descrição dos Serviços

8.2.1.1 Cada lote é composto por itens correspondentes aos serviços necessários para manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário das unidades, conforme descrito a seguir:

- Item 01, 03 e 05 — Serviço de limpeza e desentupimento de fossa séptica, sumidouro e esgoto: Serviço compreendendo o desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos sólidos e líquidos acumulados em fossas sépticas, sumidouros e sistemas de esgoto, incluindo o transporte e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com a legislação vigente. Os serviços incluem o fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos e materiais necessários à execução.
- Item 02, 04 e 06 — Serviço de desobstrução de fossa séptica, caixa de gordura, caixa de passagem, esgoto, estação de tratamento de efluentes (ETE), tubulações, banheiros, ralos e pias: Serviço destinado à desobstrução de sistemas e dispositivos sanitários diversos, mediante técnicas mecânicas e hidrojateamento, quando necessário, incluindo a remoção, sucção, transporte e destinação adequada dos resíduos.

8.2.1.2 Exclusivo para Polo Base e CASAI Cacoal

- Item 07 — Serviço de desentupimento de caixa de gordura e tubulação de esgoto: Serviço compreendendo o desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos acumulados em caixas de gordura e tubulações internas, incluindo todo o apoio operacional necessário à manipulação dos equipamentos e à execução dos serviços.

8.2.2 Distribuição dos Serviços por Lote:

8.2.2.1 Lote 01 — CASAI - POLO Vilhena/RO: Execução dos Itens 01 e 02, conforme demanda da unidade.

8.2.2.2 Lote 02 — CASAI - POLO Juína/MT: Execução dos Itens 03 e 04, conforme demanda da unidade.

8.2.2.3 Lote 03 — CASAI - POLO Aripuanã/MT Execução dos Itens 05 e 06, conforme demanda da unidade.

8.2.2.4 Item 07 — CASAI e Polo Base Cacoal/RO: Execução exclusivamente do Item 07, em razão da existência de rede pública de coleta de esgoto no município, restringindo-se a necessidade à manutenção das caixas de gordura e tubulações internas.

8.2.3 Quantitativos Estimados por Lote (m³/ano)

8.2.3.1 Com base no levantamento técnico realizado, estimam-se os seguintes volumes anuais de serviços:

- Lote 01 — CASAI - POLO Vilhena/RO: 354,94 m³ — frequência média estimada de 4 atendimentos anuais.
- Lote 02 — CASAI - POLO Juína/MT: 813,45 m³ — frequência média estimada de 6 atendimentos anuais.
- Lote 03 — CASAI - POLO Aripuanã/MT: 203,62 m³ — frequência média estimada de 8 atendimentos anuais.
- Item 07 — CASAI - POLO Cacoal/RO: 14,09 m³ — frequência média estimada de 4 atendimentos anuais.

8.2.4 Justificativa para a Divisão do Objeto em Lotes

8.2.4.1 A divisão do objeto em 03 (três) lotes regionais e 01 (um) item específico foi adotada com o objetivo de promover maior eficiência na execução dos serviços, ampliar a competitividade no processo licitatório e possibilitar melhor atendimento às demandas das unidades vinculadas ao DSEI Vilhena.

8.2.4.2 As unidades atendidas encontram-se distribuídas em diferentes municípios e estados (Rondônia e Mato Grosso), apresentando distâncias geográficas significativas e diferentes condições de acesso, o que justifica a organização da contratação por lotes regionais.

8.2.4.3 A divisão por lotes possibilita que empresas sediadas ou com atuação nas regiões mais próximas participem do certame, contribuindo para a redução de custos logísticos de deslocamento e para maior viabilidade operacional na execução dos serviços.

8.2.4.4 No caso específico da CASAI e Polo Base Cacoal, a contratação foi estruturada em item independente, considerando que o município possui rede pública de coleta de esgoto, inexistindo fossas sépticas que demandem serviços de sucção periódica, restringindo-se a necessidade apenas à manutenção e desobstrução de caixas de gordura e tubulações internas.

8.2.4.5 A divisão em lotes regionais também contribui para facilitar a gestão e fiscalização contratual, permitindo melhor acompanhamento da execução dos serviços em cada localidade atendida.

8.3 Quantidade Global Estimada

8.3.1 Dessa forma, a quantidade global estimada para contratação corresponde a 1.386,10 m³ por ano de serviços de limpeza, sucção e desobstrução de sistemas de esgotamento sanitário.

8.4 Natureza Estimativa dos Quantitativos

8.4.1 Ressalta-se que os quantitativos apresentados possuem natureza estimativa, podendo sofrer variações em função de fatores operacionais, climáticos e do fluxo de usuários atendidos nas unidades.

8.4.2 A medição e o pagamento ocorrerão exclusivamente com base nos volumes efetivamente executados, devidamente comprovados por meio de Ordem de Serviço, relatório técnico e registro fotográfico da execução.

8.5 Memória de Cálculo da Estimativa de Quantidades

8.5.1 A estimativa dos volumes anuais foi realizada com base no levantamento técnico das estruturas sanitárias existentes em cada unidade, considerando a capacidade volumétrica aproximada das fossas sépticas, sumidouros e caixas de gordura, bem como a frequência média anual necessária para manutenção preventiva e corretiva dos sistemas.

8.5.2 Para cada unidade foram analisados os seguintes parâmetros técnicos:

8.5.2.1 Capacidade aproximada dos sistemas de tratamento de efluentes;

8.5.2.2 Frequência média de limpeza necessária para evitar transbordamentos e obstruções;

8.5.2.3 Fluxo médio de usuários atendidos nas CASAI's e Polos Base;

8.5.2.4 Histórico de atendimentos e manutenções realizadas nos sistemas sanitários;

8.5.2.5 Condições operacionais e estruturais das instalações.

8.5.3 A partir dessas informações, estimou-se o volume médio de resíduos removido em cada atendimento, multiplicado pela frequência anual prevista para cada unidade, resultando nos quantitativos anuais estimados apresentados no item 8.2.3.

8.6 Justificativa da Frequência de Execução dos Serviços

8.6.1 A frequência estimada de execução dos serviços varia conforme as características estruturais dos sistemas de esgotamento sanitário, o volume de usuários atendidos e as condições operacionais observadas em cada unidade.

8.6.2 Na CASAI Juína, foi estimada frequência média de 6 (seis) atendimentos anuais, considerando o maior fluxo de usuários e a consequente geração de efluentes.

8.6.3 Na CASAI Aripuanã, a frequência média estimada de 8 (oito) atendimentos anuais considera as condições operacionais locais e o histórico de manutenções corretivas recorrentes.

8.6.4 Para a CASAI Vilhena, estimou-se frequência média de 4 (quatro) atendimentos anuais, considerada suficiente para manutenção preventiva do sistema.

8.6.5 No caso da CASAI e Polo Base Cacoal, onde existe rede pública de coleta de esgoto, a necessidade de intervenção restringe-se à manutenção das caixas de gordura e tubulações internas, sendo estimada frequência média de 4 (quatro) atendimentos anuais.

8.7 Quadro Resumo dos Quantitativos Estimados

8.7.1 Apresenta-se a seguir o quadro resumo dos quantitativos estimados para a contratação:

Lote / Item	Unidade Atendida	Serviços Contemplados	Quantidade Estimada (m³ /ano)
-------------	------------------	-----------------------	-------------------------------

Lote 01	CASAI- POLO Vilhena/RO	Itens 01 e 02 – Limpeza, sucção e desobstrução de fossas sépticas e sistemas de esgoto	354,94 m³
Lote 02	CASAI- POLO Juína/MT	Itens 03 e 04 – Limpeza, sucção e desobstrução de fossas sépticas e sistemas de esgoto	813,45 m³
Lote 03	CASAI - POLO Aripuanã /MT	Itens 05 e 06 – Limpeza, sucção e desobstrução de fossas sépticas e sistemas de esgoto	203,62 m³
Item 07	CASAI e Polo Base Cacoal /RO	Desentupimento e limpeza de caixas de gordura e tubulações internas	14,09 m³

8.7.2 Dessa forma, a quantidade total estimada corresponde a 1.386,10 m³ por ano.

8.8 Vinculação com a Planilha de Quantitativos

8.8.1 Os quantitativos estimados apresentados neste Estudo Técnico Preliminar encontram-se detalhados na planilha de estimativa de quantidades e custos que integra o processo administrativo, a qual apresenta a discriminação dos itens, unidades de medida, quantidades estimadas e valores de referência utilizados para fins de planejamento da contratação.

8.8.2 Ressalta-se que os quantitativos constantes na referida planilha estão diretamente vinculados às estimativas técnicas apresentadas neste ETP, sendo utilizados como base para a definição do valor estimado da contratação.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 135.677,10

9.1 O valor estimado da presente contratação é de R\$ 135.677,10 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e setenta e sete reais e dez centavos), obtido a partir da consolidação dos quantitativos estimados para execução dos serviços e dos valores unitários identificados na pesquisa de preços realizada junto ao mercado fornecedor.

9.2 A estimativa considerou as características técnicas dos serviços a serem executados, a logística necessária para atendimento das unidades vinculadas ao DSEI Vilhena, as distâncias geográficas entre os municípios atendidos e as condições regionais de execução dos serviços.

9.3 Metodologia da Pesquisa de Preços

9.3.1 A definição do preço de referência foi realizada mediante pesquisa de preços junto ao mercado fornecedor, por meio de solicitação de cotações a empresas especializadas na prestação de serviços de limpeza, sucção e desobstrução de fossas sépticas e sistemas de esgotamento sanitário.

9.3.2 A pesquisa buscou identificar valores praticados para serviços de natureza semelhante, considerando a unidade de medida em metros cúbicos (m³), utilizada para mensuração dos serviços efetivamente executados.

9.3.3 Os valores obtidos foram consolidados em planilha de formação de preços constante no processo administrativo, a qual apresenta o detalhamento dos itens, quantitativos estimados e respectivos valores unitários adotados como referência.

9.4 Análise Crítica da Pesquisa de Preços

9.4.1 Os valores coletados foram analisados com o objetivo de verificar sua compatibilidade com os preços praticados no mercado para serviços de natureza similar, considerando as especificidades regionais da área de abrangência do DSEI Vilhena.

9.4.2 Para definição do preço de referência foi adotada a técnica da média saneada, com a exclusão de valores considerados discrepantes ou incompatíveis com a realidade de mercado, de modo a evitar distorções que pudessem comprometer a estimativa do valor da contratação.

9.4.3 A análise considerou ainda fatores que influenciam diretamente na composição de custos dos serviços, tais como:

- deslocamento entre municípios e unidades atendidas;
- disponibilidade de empresas especializadas na região;
- custos operacionais relacionados à utilização de caminhão equipado para sucção e hidrojateamento;
- transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos coletados.

9.4.4 A partir dessa análise, foram definidos os valores unitários considerados mais adequados e compatíveis com a realidade do mercado regional, assegurando maior aderência aos princípios da economicidade, razoabilidade e vantajosidade para a Administração Pública.

9.5 Composição do Valor Estimado

A composição do valor estimado da contratação encontra-se detalhada no quadro a seguir:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade (m³)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Serviço – CASAI Vilhena	m³	296,00	95,00	28.120,00
02	Serviço – CASAI Vilhena	m³	59,00	95,05	5.607,95
03	Serviço – CASAI Juína	m³	785,00	99,49	78.099,65
04	Serviço – CASAI Juína	m³	29,00	95,00	2.755,00
05	Serviço – CASAI Aripuanã	m³	162,00	95,00	15.390,00
06	Serviço – CASAI Aripuanã	m³	41,00	95,00	3.895,00
07	Serviço – CASAI Cacoal	m³	14,00	129,25	1.809,50

9.5.1 O valor global estimado da contratação corresponde a R\$ 135.677,10.

9.6 Ressalta-se que os valores apresentados possuem natureza estimativa, podendo sofrer variações em função das condições operacionais das unidades, do volume de serviços demandados e de fatores climáticos ou sazonais.

9.7 A medição e o pagamento ocorrerão exclusivamente com base nos serviços efetivamente executados, conforme volumes registrados em metros cúbicos (m³), mediante emissão de Ordem de Serviço e atesto da fiscalização do contrato.

9.8 A presente estimativa subsidia o planejamento da contratação, contribuindo para a adequada alocação de recursos públicos e assegurando a observância dos princípios da economicidade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9.9 Compatibilidade com os Preços de Mercado

9.9.1 A pesquisa de preços realizada teve por finalidade assegurar que os valores estimados para a contratação estejam compatíveis com os preços praticados no mercado para serviços de natureza semelhante, observando-se as particularidades regionais e operacionais da área de abrangência do DSEI Vilhena.

9.9.2 Dessa forma, a estimativa de preços apresentada neste Estudo Técnico Preliminar busca garantir que a contratação ocorra em condições compatíveis com o mercado, assegurando a vantajosidade para a Administração Pública, mesmo na hipótese de contratação por dispensa de licitação.

9.10 Justificativa para Diferença de Valores Unitários

9.10.1 Observa-se pequena variação entre os valores unitários estimados para alguns itens, especialmente no caso dos serviços previstos para a CASAI Juína, cujo valor unitário estimado foi de R\$ 99,49 por m³.

9.10.2 Essa variação decorre das condições logísticas e operacionais específicas da região, considerando fatores como distância entre municípios, disponibilidade de empresas prestadoras de serviços na localidade, custos de deslocamento dos equipamentos e características de acesso às unidades atendidas.

9.10.3 Dessa forma, os valores unitários estimados refletem as condições reais identificadas na pesquisa de preços realizada junto ao mercado fornecedor, mantendo-se compatíveis com os preços praticados para serviços de natureza semelhante na região.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 Justifica-se o parcelamento da contratação, ainda que realizada por dispensa de licitação, uma vez que o objeto se compõe de vários itens de natureza semelhante, porém executados em localidades distintas, e seu fracionamento viabiliza a participação de mais de uma empresa na prestação dos serviços, favorecendo a competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração, além de considerar as distâncias entre os municípios onde estão localizadas as CASAI's e os Polos Base do DSEI Vilhena, o que impacta diretamente na logística, nos custos operacionais e na capacidade de atendimento por parte das empresas prestadoras.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 Não há, no momento, contratações correlatas ou interdependentes que inviabilizem, condicionem ou impactem diretamente a presente contratação, uma vez que os serviços de limpeza, esgotamento, transporte e destinação de dejetos dos sistemas de fossas sépticas, desobstrução de caixas de gordura e tubulações constituem objeto específico, autônomo e de natureza continuada, não estando vinculados a outros contratos vigentes do DSEI Vilhena.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1 Esta contratação está em conformidade com o Planejamento Geral de Contratações (PGC) do DSEI Vilhena para o exercício de 2026, garantindo a execução das ações previamente planejadas.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 A contratação proposta trará benefícios diretos e indiretos à gestão dos serviços de saúde indígena no âmbito do DSEI Vilhena, especialmente no que se refere à manutenção das condições sanitárias adequadas nas dependências das CASAI's e Polos Base, por meio da prestação contínua e especializada dos serviços de limpeza de fossas sépticas, caixas de gordura, sumidouros, desobstrução de tubulações e destinação ambientalmente adequada dos resíduos. Tais ações contribuem para a preservação da salubridade dos ambientes, para a proteção da saúde dos usuários e trabalhadores e para a continuidade dos atendimentos prestados à população indígena.

13.2 A ausência desses serviços pode comprometer o funcionamento das unidades, ocasionando entupimentos, extravasamentos, odores desagradáveis, contaminações ambientais e riscos sanitários, o que impacta negativamente tanto o desempenho das equipes quanto a qualidade do atendimento ofertado aos indígenas. Dessa forma, a contratação assegura condições mínimas de higiene, conforto e segurança sanitária, essenciais à promoção da saúde e ao bem-estar das comunidades atendidas.

13.3 Do ponto de vista da eficiência administrativa, a contratação favorece a eficiência operacional ao permitir que os serviços sejam executados por empresa especializada, com equipamentos adequados e pessoal capacitado, otimizando o uso dos recursos públicos e reduzindo a ocorrência de intervenções emergenciais, que normalmente são mais onerosas e menos planejadas.

13.4 Além disso, a execução periódica dos serviços configura-se como ação de manutenção preventiva e corretiva, atuando tanto na prevenção de falhas e obstruções quanto na correção de problemas já existentes, evitando o agravamento das condições dos sistemas sanitários e prolongando a vida útil das estruturas instaladas.

13.5 Por fim, a contratação contribui para a prevenção de problemas operacionais e sanitários, como entupimentos, transbordamentos, proliferação de vetores e maus odores, reduzindo riscos à saúde coletiva e fortalecendo a resposta institucional do DSEI Vilhena na garantia de ambientes adequados ao atendimento diferenciado em saúde indígena, em consonância com os princípios da equidade, da integralidade e do respeito às especificidades socioculturais dos povos indígenas.

14. Providências a serem Adotadas

14.1 A contratação consiste na seleção de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza de fossas sépticas, sumidouros, caixas de gordura e desobstrução de sistemas sanitários nas dependências das CASAI's e Polos Base do DSEI Vilhena, localizados nos municípios de Vilhena /RO, Cacoal/RO, Juína/MT e Aripuanã/MT, conforme quantidades, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no respectivo Termo de Referência.

14.2 Como providências prévias à celebração do contrato, deverão ser adotadas as seguintes medidas:

- formalização do processo administrativo de contratação, com a devida instrução documental;
- emissão da nota de empenho e posterior assinatura do contrato ou instrumento equivalente;
- designação formal de gestor e fiscais do contrato, nos termos da legislação vigente;
- capacitação mínima dos servidores responsáveis pela fiscalização e gestão contratual, quanto aos procedimentos de acompanhamento, medição e recebimento dos serviços;
- definição e divulgação interna do fluxo de solicitação dos serviços, emissão de Ordens de Serviço, controle de medições, conferência de relatórios e atesto das Notas Fiscais;
- verificação das condições operacionais das unidades (acessos, horários, pontos de intervenção e restrições ambientais), a fim de permitir a adequada execução dos serviços pela contratada.

14.3 Caberá ainda à Administração assegurar que os ambientes estejam acessíveis à execução dos serviços, bem como prestar as informações técnicas necessárias à contratada, de modo a viabilizar a execução eficiente, segura e em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança do trabalho.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 A execução dos serviços poderá gerar impactos ambientais pontuais, os quais deverão ser mitigados por meio da adoção das seguintes medidas obrigatórias pela empresa contratada:

I — Utilizar exclusivamente produtos de limpeza, desinfecção e conservação de superfícies e objetos inanimados que estejam regularizados e em conformidade com as classificações e especificações estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

II — Adotar práticas voltadas à racionalização do uso da água, evitando desperdícios, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003, ou norma que venha a substituí-lo;

III — Observar os limites e condicionantes previstos na legislação ambiental vigente, em especial no que se refere à emissão de ruídos provenientes do funcionamento de equipamentos utilizados na execução dos serviços, conforme as disposições da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, ou norma superveniente;

IV — Fornecer e exigir o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos riscos inerentes às atividades, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e demais normas de segurança do trabalho aplicáveis;

V — Cumprir as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relativas ao gerenciamento de resíduos sólidos, transporte, armazenamento temporário e destinação final ambientalmente adequada;

VI — Assegurar a destinação ambientalmente adequada de pilhas, baterias, materiais contaminados e demais resíduos perigosos eventualmente gerados, nos termos da Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, bem como dos rejeitos oriundos do esgotamento sanitário coletados durante a execução dos serviços;

VII — Garantir a segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados no curso das atividades, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos e demais normas ambientais vigentes.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1.1 O presente instrumento tem por finalidade demonstrar a viabilidade da contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de limpeza de fossas sépticas, sumidouros e desobstrução de caixas de gordura nas unidades do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vilhena, abrangendo as CASAI's e os Polos Base localizados nos municípios de Vilhena/RO, Cacoal/RO, Juína/MT e Aripuanã/MT. Tal contratação mostra-se necessária em razão de que, nessas unidades, os efluentes sanitários são destinados predominantemente a sistemas individuais de tratamento (fossas sépticas, sumidouros e caixas de gordura), inexistindo rede pública municipal de coleta e tratamento de esgoto nos respectivos endereços das unidades, o que torna imprescindível a realização periódica dos serviços de esgotamento, limpeza e manutenção.

16.1.2 O Setor de Serviços de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena (SESANI/DSEI Vilhena) declara que a contratação pretendida é tecnicamente, operacionalmente e economicamente viável, uma vez que se trata de serviço contínuo e essencial à manutenção das condições sanitárias adequadas nas unidades, sendo indispensável para a continuidade da prestação dos serviços de saúde ofertados à população indígena, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

16.1.3 Ademais, a contratação contribuirá diretamente para a operacionalização das ações de saneamento ambiental, a prevenção de riscos sanitários, a proteção da saúde coletiva e o alcance da Missão Institucional do DSEI Vilhena, qual seja, assegurar a atenção integral à saúde dos povos indígenas, garantindo condições mínimas de salubridade, higiene e segurança sanitária nas unidades assistenciais. Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é necessária e plenamente viável, atendendo às demandas operacionais das unidades do DSEI Vilhena e contribuindo para a manutenção das condições sanitárias adequadas à prestação dos serviços de saúde indígena.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIO HUPP LABENDZ

Presidente da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 11:55:40.

JOAO BATISTA RAMOS PORDEUS

Membro da Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 17:09:18.

MIDIA MARINHO GOMES MATINA CINTA LARGA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 14:35:06.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Contrato 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	257050-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO	NEIDE GIRON	07/05/2026 11:55 (v 0.5)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		25062.001214/2025-66

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

(Processo Administrativo nº 25062.001214/2025-66)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) E

A [União] , por intermédio do(a) DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDIGENA VILHENA , sediado(a) Av. Guaporé, 3046, Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.395.544/0030-10, neste ato representado(a) pelo(a) coordenadora Srta MIDIÃ MATINA CINTA LARGA, nomeado(a) pela Portaria nº 417, de 17 de Março de 2023, publicada no DOU de 20 de Março de 2023, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25062.000394/2025-69 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns para a prestação de serviços de esgotamento sanitário, compreendendo a limpeza, sucção, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos provenientes de fossas sépticas, sumidouros e caixas de gordura, bem como inspeção e/ou passagem, a serem realizados nas CASAI's e Polos sob responsabilidade do Distrito Sanitário Especial Indígena de Vilhena – DSEI Vilhena, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER		QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	--	------------	----------------	-------------

			UNIDADE DE MEDIDA			
1						
2						
3						
...				[A3]		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. [O Edital da Licitação]
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.3. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **assinatura do Contrato**, prorrogável sucessivamente por até **60 (sessenta) meses**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.4.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.4.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.4.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.4.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.4.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.4.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.5. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.8. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.2. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)*

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. ixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1 A Administração terá o prazo de *60 (sessenta) dias* a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *60 (sessenta) dias*;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A2]

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

Não se aplica

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.8. *O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.10. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.12. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.13. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.13.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.13.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.13.3. Das indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 2570500000001;

II) Fonte de recursos: 100200000;

III) Programa de trabalho: 234652;

IV) Elemento de despesa: 339039; e

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em *Rondônia*, Seção Judiciária de *Ji-Paraná* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANTONIO LOPES RODRIGUES

chefe selog



Assinou eletronicamente em 07/05/2026 às 11:55:46.

DESTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA DE VILHENA

SERVIÇO DE RECURSOS LOGÍSTICOS - SELOG

PROPOSTA DE PREÇO

	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
LOTE I – CASAI /POLO VILHENA - RO	1	Serviço de limpeza e desentupimento de fossa séptica, sumidouro e esgoto na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade de Vilhena - RO (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI Vilhena. Com transporte e descarte de resíduos em onformidade com a legislação ambiental. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduo incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).	M³ (serviço)	296		
	2	Serviço de desobstrução de caixa de gordura, caixa de passagem, esgoto, e.t.e, tubulação, banheiro, ralo e pia na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade Vilhena - RO (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço)	M³ (serviço)	59		
	VALOR TOTAL DO LOTE I: _____					
LOTE II – CASAI /POLO JUINA	3	Serviço de limpeza e desentupimento de fossa séptica, sumidouro e esgoto na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade de Vilhena - RO (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI Vilhena. Com transporte e descarte de resíduos em onformidade com a legislação ambiental. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduo incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).	M³ (serviço)	785		

MT	4	Serviço de desobstrução de caixa de gordura, caixa de passagem, esgoto, e.t.e, tubulação, banheiro, ralo e pia na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade Vilhena - RO (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço)	M³ (serviço)	29		
	VALOR TOTAL DO LOTE II: _____					
LOTE III – CASAI /POLO Aripuanã - MT	5	Serviço de limpeza e desentupimento de fossa séptica, sumidouro e esgoto na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade de Vilhena - RO (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI Vilhena. Com transporte e descarte de resíduos em onformidade com a legislação ambiental. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduo incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço).	M³ (serviço)	162		
	6	Serviço de desobstrução de caixa de gordura, caixa de passagem, esgoto, e.t.e, tubulação, banheiro, ralo e pia na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade Vilhena - RO (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço)	M³ (serviço)	41		
	VALOR TOTAL DO LOTE III: _____					

ITEM 7 CASAI/POLO CACOAL-RO	7	Serviço de desobstrução de caixa de gordura, caixa de passagem, esgoto, e.t.e, tubulação, banheiro, ralo e pia na Casai do DSEI Vilhena, sede administrativa e outros imóveis na cidade Vilhena - RO (perímetro urbano), utilizados pelo DSEI. (Deverão ser executados os serviços de desentupimento, drenagem, limpeza, higienização e sucção de resíduos incluindo todo o apoio com pessoal e material especializado na quantidade necessária para manipulação dos equipamentos e para realização do serviço)	M³ (serviço)	14		
VALOR TOTAL DO ITEM 7: _____						

EMPRESA:

REPRESENTANTE:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

DATA:

DADOS BANCÁRIOS:

E-MAIL:

CNPJ:

VALIDADE DE PROPOSTA (Não inferior à 90 dias):

Carimbo e Assinatura